



Número: **5003396-04.2022.8.13.0514**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Pitangui**

Última distribuição : **19/09/2022**

Valor da causa: **R\$ 31.005,12**

Assuntos: **Cédula de Crédito Bancário**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE PITANGUI, PAPAGAIOS, MARAVILHAS E REGIAO LTDA. - SICOOB CREDICOOP (EXEQUENTE)	
	GERALDO MAGELA DA SILVA (ADVOGADO) FERNANDO ANTONIO RODRIGUES (ADVOGADO)
ANISIO ALVES MARINHO (EXECUTADO(A))	
MARIA PERPETUA GONCALVES (EXECUTADO(A))	
CHIRLEY GONCALVES SOUZA ALVES (EXECUTADO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10336815473	31/10/2024 16:36	Autos - 5003396-04.2022.8.13.0514 - Edital de Leilão -	Edital

2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE PITANGUI - MG.

EDITAL DE LEILÃO NA MODALIDADE ON-LINE (ELETRÔNICO)

PROCESSO N°: 5003396-04.2022.8.13.0514

EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PITANGUI, PAPAGAIOS, MARAVILHAS E REGIÃO LTDA. - SICOOB CREDICOOP
CNPJ: 41.931.221/0001-60

EXECUTADO: MARIA PERPÉTUA GONÇALVES
CPF: 846.820.356-49

EXECUTADO: ÁNISIO ALVES MARINHO
CPF: 027.692.426-60

EXECUTADO: CHIRLEY GONÇALVES SOUZA ALVES
CPF: 095.470.486-00

Por ordem do(a) **MM(a). JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE PITANGUI - MG**, na forma da lei, FAZ SABER, aos que do presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que será realizado **PRAÇA/LEILÃO NA MODALIDADE EXCLUSIVAMENTE ON-LINE (eletrônico)**, no sítio:

www.leiloesbrasilcassiano.com.br.

A **PRAÇA/LEILÃO** será conduzida pelo Leiloeiro Oficial **Sr. GLENER BRASIL CASSIANO**, devidamente matriculado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o n° 470, conforme certidão de nomeação de **id: 10328778156**.

O presente edital e demais informações estarão disponíveis no endereço eletrônico: **www.leiloesbrasilcassiano.com.br**, ou pelos telefones: (34) 3229-6161 / (34) 99988-1611.

1) DESCRIÇÃO DO BEM:

- **Uma Fração ideal de 1/11 do imóvel com área de 32.63.72ha** (trinta e dois hectares, sessenta e três ares e setenta e dois centiares), lugar denominado Morrinhos, Jacaré, Povoado de Vargem Grande, Município de Papagaios-MG, com



confrontações e limites constantes da Certidão de Registro, pertencente à executada **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**. Imóvel devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Pitangui/MG - **MATRÍCULA 47.567 - LIVRO N° 02 - FICHA 01 de 04/10/2016**.

VALOR DA AVALIAÇÃO:

Em 1° de julho de 2024, os **100% (cem por cento)** da **Fração ideal de 1/11 do imóvel com área de 32.63.72ha** (trinta e dois hectares, sessenta e três ares e setenta e dois centiares), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Pitangui/MG - **MATRÍCULA 47.567 - LIVRO N° 02 - FICHA 01 de 04/10/2016**, foi avaliado em **R\$59.340,00** (cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta reais).

Nos termos do Auto de Penhora de **id: 10256585175 - Pág.1**.

ÔNUS QUE RECAEM SOBRE O BEM:

R-28-47.567 - 03/05/2023 - Protocolo n° 124.660 de 13/04/2023 **PENHORA** - De acordo com a Certidão para Efeitos de Registro de Penhora, datada de 12/04/2023, expedida nos autos do Processo 5002761-23.2022.8.13.0514, da Secretaria da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Pitangui-MG, em execução de Título Extrajudicial, movida por **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PITANGUI, PAPAGAIOS, MARAVILHAS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDICOOP**, CNPJ 41.931.221/0001-60, em face de **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**, CPF 846.820.356-49, uma fração ideal de 1/11 do imóvel acima foi objeto de penhora, para garantia de um valor de R\$67.494,78. Foi nomeada depositária: **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**.

R-29-47.567 - 28/09/2023 - Protocolo n° 126.312 de 14/09/2023 **PENHORA** - De acordo com a Certidão para Efeitos de Registro de Penhora, datada de 05/09/2023, expedida nos autos do Processo 5002765-60.2022.8.13.0514, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Pitangui-MG, em execução de Título Extrajudicial, movida por **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PITANGUI, PAPAGAIOS, MARAVILHAS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDICOOP**, CNPJ 41.931.221/0001-60, em face de **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**, CPF 846.820.356-49, uma fração ideal de 1/11 do imóvel acima foi objeto de penhora, para garantia de um valor de R\$19.916,50. Foi nomeada depositária: **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**.

R-30-47.567 - 28/09/2023 - Protocolo n° 126.700 de 16/10/2023 **PENHORA** - De acordo com a Certidão para Efeitos de Registro de Penhora, datada de 11/10/2023, expedida nos autos do Processo 5002586-29.2022.8.13.0514, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Pitangui-MG, em execução de Título Extrajudicial, movida por **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PITANGUI, PAPAGAIOS, MARAVILHAS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDICOOP**, CNPJ 41.931.221/0001-60, em face de **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**, CPF 846.820.356-49, uma fração ideal de 1/11 do imóvel acima foi objeto de penhora, para garantia de



um valor de R\$67.766,46. Foi nomeada depositária: **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**.

R-31-47.567 - 18/03/2024 - Protocolo nº 128.004 de 26/02/2024 **PENHORA** - De acordo com a Certidão para Efeitos de Registro de Penhora, datada de 15/02/2024, expedida nos autos do Processo 5002575-97.2022.8.13.0514, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Pitangui-MG, em execução de Título Extrajudicial, movida por **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PITANGUI, PAPAGAIOS, MARAVILHAS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDICOOP**, CNPJ 41.931.221/0001-60, em face de **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**, CPF 846.820.356-49, uma fração ideal de 1/11 do imóvel acima foi objeto de penhora, para garantia de um valor de R\$86.943,78. Foi nomeada depositária: **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**.

R-32-47.567 - 23/04/2024 - Protocolo nº 128.438 de 08/04/2024 **PENHORA** - De acordo com a Certidão para Efeitos de Registro de Penhora, datada de 01/04/2024, expedida nos autos do Processo 50003396-04.2022.8.13.0514, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Pitangui-MG, em execução de Título Extrajudicial, movida por **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PITANGUI, PAPAGAIOS, MARAVILHAS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDICOOP**, CNPJ 41.931.221/0001-60, em face de **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**, CPF 846.820.356-49, uma fração ideal de 1/11 do imóvel acima foi objeto de penhora, para garantia de um valor de R\$38.637,07. Foi nomeada depositária: **MARIA PERPÉTUA GONÇALVES**.

a) Ressalva-se que todas as informações aqui descritas, encontram-se registradas nos autos em epígrafe, cabendo aos interessados e pretensos arrematantes, consultarem todo o histórico de pendências financeiras que possam recair sobre o bem descrito acima, bem como, tributos, taxas, impostos, penhoras, direitos reais e emolumentos.

2) DATA DA REALIZAÇÃO DA PRAÇA/LEILÃO:

a) Será realizada a Praça do bem acima mencionado, dia **10 de fevereiro de 2025 (segunda-feira)**, com início a partir das **15:00 horas** e término a partir das **15:30 horas**, na modalidade **exclusivamente virtual**, no sítio: **www.leiloesbrasilcassiano.com.br** pelo **VALOR IGUAL OU MAIOR EQUIVALENTE A 100% (cem por cento)** da avaliação, ou seja: **R\$ R\$59.340,00 (cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta reais)**, à vista.

A REALIZAÇÃO DO LEILÃO ESTÁ CONDICIONADA, SE NÃO HOUVER LICITANTES NA PRAÇA.

b) Caso não haja licitantes interessados, ficará designado Leilão para o dia **24 de fevereiro de 2025 (segunda-feira)**, com início a partir das **15:00 horas** e término a partir das **15:30 horas**, na modalidade **exclusivamente virtual**, no sítio:



www.leiloesbrasilcassiano.com.br, pelo **VALOR IGUAL OU MAIOR EQUIVALENTE A 70% (setenta por cento) da avaliação**, ou seja: R\$ 41.538,00 (quarenta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais), à vista.

3) **FORMA DE PAGAMENTO:**

A Praça/Leilão será aberta somente para **PAGAMENTO À VISTA**, a ser realizado em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo Leiloeiro.

4) **CONDIÇÕES DO LEILÃO:**

a) O leilão será regido pelo Decreto **Lei 21.981/32, Código Penal, CTN, CPC e Código Civil** nas seguintes condições:

b) O **DOUTO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE PITANGUI - MG**, reserva-se ao direito de incluir ou excluir bens da Praça/Leilão.

c) A Praça/Leilão será conduzida pelo Leiloeiro Oficial Sr. **GLENER BRASIL CASSIANO**, devidamente matriculado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, **sob o nº 470**, na(s) data(s) e horário(s) mencionado(s) acima.

d) O presente edital será publicado no endereço eletrônico **www.leiloesbrasilcassiano.com.br**, nos termos do **Artigo 887 §2º do CPC**.

e) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos à taxa pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa nos termos do art. 130, parágrafo único, do CTN.

5) **INTERESSADOS:**

a) Para participar da **PRAÇA/LEILÃO**, os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, deverão realizar previamente o cadastro e se habilitar no sítio eletrônico do leiloeiro: **www.leiloesbrasilcassiano.com.br**, e somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do login e senha de acesso, poderá ofertar o lance.

b) Compete aos interessados na arrematação a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características,



compartimentos internos, estado de conservação e localização uma vez que as alienações são feitas em caráter ad corpus, ou seja, no estado em que se encontra.

6) COMISSÃO DO LEILOEIRO:

a) Pelos serviços prestados, caberá ao Leiloeiro Oficial nomeado a comissão no percentual de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor da arrematação, que será ser pago pelo Arrematante.

b) No caso de acordo, ou pagamento da dívida (remição) requeridos após a Praça/Leilão, o Leiloeiro será remunerado com o correspondente percentual de **5% (cinco por cento) sobre o VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM**, a ser pago pelo(s) Executado(s) no dia da remição, e no caso de adjudicação, a remuneração do leiloeiro será paga pelo(s) adjudicante(s) e será depositada antes da assinatura do respectivo Auto/Carta de Adjudicação.

c) A Comissão do Leiloeiro deverá ser depositada na sua integralidade, em conta bancária que será informada ao arrematante, remitente ou adjudicante por meio do e-mail indicado no cadastro, impreterivelmente até o dia subsequente à realização do Leilão ou adjudicação/remição, e o comprovante deverá ser enviado ao leiloeiro no e-mail: **glenerleiloeiro@gmail.com**, na mesma data, até às 18h00 min.

d) Na hipótese de **NÃO PAGAMENTO DA COMISSÃO**, o Leiloeiro poderá promover a execução do valor devido nos próprios autos ou em ação autônoma, ainda, levar o título (certidão de arrematação) a protesto perante a serventia extrajudicial competente.

7) PAGAMENTOS:

a) O pagamento da arrematação será feito mediante **DEPÓSITO JUDICIAL** cuja as guias de pagamento serão encaminhadas ao e-mail do Arrematante.

b) O **VALOR DA ARREMATAÇÃO**, incluído o valor da **COMISSÃO DO LEILOEIRO**, deverão ser integralmente **PAGOS IMPRETERIVELMENTE NAS 24 HORAS ÚTEIS SUBSEQUENTES À PRAÇA/LEILÃO**, sob pena da aplicação das sanções previstas em lei e neste edital, e posteriormente os comprovantes deverão ser enviados ao e-mail do leiloeiro: **glenerleiloeiro@gmail.com**, ou qualquer outro meio hábil e inequívoco, para que o leiloeiro possa fazer a juntada dos comprovantes aos autos na mesma data, até às 18h00.



c) Após a arrematação mediante lance, o **AUTO/CARTA DE ARREMATÇÃO** será assinado pelo(a) Exmo(a). Juiz(a) apenas após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão do Leiloeiro.

8) PENALIDADES:

Em caso de desistência ou inadimplência, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante **não terá direito à devolução da comissão do Leiloeiro**, que reterá o valor correspondente, sendo ainda impostas as penalidades previstas na legislação e/ou no presente edital, além das previstas no art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

9) APÓS A ARREMATÇÃO:

a) Quem pretender arrematar o referido bem, fica ciente que a espécie se aplica os preceitos do Código de Processo Civil.

b) Cabendo ao Arrematante, arcar com todos os tributos incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive ITBI, IRPJ, taxas de transferência, despesas cartorárias dentre outros.

10) DIREITO DE PREFERÊNCIA:

Nas hipóteses em que houver previsão legal do **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**, este **deverá ser exercido durante a Praça/Leilão, em igualdade de condições com eventuais outros interessados**, cabendo ao titular do direito participar da Praça/Leilão e exercer seu direito de preferência com base no maior lance e nas mesmas condições de pagamento recebido pelo leiloeiro durante o leilão.

11) INTIMAÇÃO DAS PARTES:

a) Caso os executados não possuam procuradores habilitados no feito, deverão ser intimados do Leilão e dos ônus que lhe serão impostos por Oficial de Justiça.

b) Desde já ficam intimadas as partes, os interessados, e principalmente os Requeridos, credores hipotecários ou credores fiduciários, assim também como os cônjuges.

c) Consideram-se intimadas as partes interessadas, caso frustrada as intimações pessoais.



12) RESPONSABILIDADE DO LEILOEIRO:

O Leiloeiro Público Oficial, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do artigo 663 do Código Civil Brasileiro.

RESSALVANDO QUE A ARREMATAÇÃO SÓ SERÁ CONCLUÍDA APÓS A HOMOLOGAÇÃO PELO JUÍZO.

Este Edital está em conformidade com a resolução n° 236 de 13 de julho de 2017 do CNJ.

PITANGUI - MG, 31 de outubro de 2024.

JUÍZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE PITANGUI - MG.

